

Recesso ajudará a superar as crises

por Sandra Nascimento

de Brasília

O Congresso Nacional começa hoje um período de vinte e um dias de recesso. O governo espera que esse tempo seja suficiente para que as crises provocadas pelo Sivam e pela pasta cor-de-rosa sejam superadas, e os aliados, principalmente o PFL, voltem a garantir ao Executivo o mesmo ritmo de aprovação de matérias desenvolvido no primeiro semestre deste ano.

Garantir a velocidade dos trabalhos se justifica: o próximo ano deverá ficar restrito ao primeiro semestre, já que o segundo será tomado pelas eleições municipais e dificilmente será possível aprovar projetos relevantes. O grande destaque deste ano foi a reforma constitucional, que teve aprovado todo o capítulo da Ordem Econômica.

"O País não pode mais nos jogar na cara que o Congresso não está funcionando", disse o presidente da Casa, senador José Sarney (PMDB-AP). O presidente da Câmara, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), um dos grandes aliados cujas relações com o Executivo estão estremecidas em razão do vazamento da lista dos favorecidos pelo Banco Econômico, a chamada "pasta rosa", aproveitou o encerramento dos trabalhos para mandar um recado velado ao presidente Fernando Henrique Cardoso. "Espero que a sintonia entre o Congresso e o Planalto continue em 1996."

O último dia do ano legislativo foi comemorado com números, que refletiram um dos melhores desempenhos da Casa nos últimos anos, considerado recorde por Sarney. O Senado apreciou 646 matérias e aprovou 511. Pelo plenário da Câmara passaram 516 projetos.

"O governo de Fernando Henrique conseguiu fazer o que os militares não conseguiram. Teve vitórias no atacado e crises no varejo, não perdeu nada importante", disse o deputado Heráclito Fortes (PFL-PI).

Mas todos reconhecem que o "rolo compressor" do governo começou a perder fôlego no segundo semestre e se nada for feito durante esse recesso para acomodar os interesses da base aliada, as propostas de emendas restantes correm sérios riscos, como também os projetos considerados fundamentais para o Executivo, como o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF).